

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES: políticas, concepções e práticas

*Vitoria Raquel Pereira de Souza*¹

*Nadja Fonsêca da Silva*²

Eixo temático 7: Alfabetização e formação inicial e continuada de professores

Resumo: Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no decurso da disciplina “Formação de professores e profissionalização docente: programas, processos e práticas”, realizada no segundo semestre do ano de 2019, no âmbito Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA). A pesquisa, da qual resulta este estudo, é de natureza qualitativa, cuja análise apoia-se em entrevistas, observações do campo empírico e documentos oficiais, segundo Bogdan, Biklen (1994). O estudo focaliza em ações de formação continuada de professores, referente ao Plano de Intervenção Pedagógica (PIP-60 lições), do Programa “Educar Mais, Juntos no Direito de Aprender”, e seus efeitos na qualificação do trabalho docente, de modo a proporcionar efeitos na alfabetização de alunos dos 2º e 3º anos do Ensino Fundamental do sistema público de ensino de São Luís-MA. Discutimos a formação continuada de professores alfabetizadores, entendida como aquela que valoriza o trabalho docente em todas as suas dimensões. O estudo apoia-se na concepção de trabalho docente como multidimensional e sócio-histórico, defendida por Contreras (2002), Freitas (2002), Imbernón (2010), Tardif (2014), entre outros autores. Em igual teor, a alfabetização é entendida na perspectiva do letramento (SOARES, 2003, 2009, 2018; TFOUNI, 2018), segundo a qual o professor alfabetizador utiliza intervenções didático-pedagógicas para que o estudante possa ler e escrever a partir das práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade. Os resultados evidenciam que a formação continuada de professores alfabetizadores é um dos espaços privilegiados de aprendizagem e produção de conhecimento. Portanto, o PIP-60 lições é uma proposta cognitivista e de cunho metodológico tecnicista.

Palavras-chaves: Formação Continuada de Professores. Plano de Intervenção Pedagógica (PIP-60 lições). Alfabetização.

Introdução

Este estudo é resultado de uma pesquisa realizada no decurso da disciplina “Formação de professores e profissionalização docente: programas, processos e práticas”, realizada no segundo semestre do ano de 2019, no âmbito do Programa de Pós-Graduação

¹Mestra em Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Maranhão – PPGE/UEMA. Professora da Educação Básica do Município de São, MA. Especialista em Educação do Estado do Maranhão. Contato: vrp.souza@hotmail.com

²Doutora em Educação em Ciências, Professora Adjunta II do Departamento de Educação e Filosofia – DEFIL do Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais – CECEN/UEMA, Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UEMA. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Políticas Educacionais – GEFOPPE, vinculado ao CNPq. Contato: nadjafonseca2@gmail.com

em Educação da Universidade Estadual do Maranhão (PPGE/UEMA). Na ocasião, analisamos a política de formação continuada dos professores alfabetizadores implementadas no período de 2000 a 2020. Pesquisamos diretamente no acervo da Secretaria Municipal de Educação de São Luís-MA, compreendendo as concepções e práticas expressas nas narrativas dos sujeitos da pesquisa, sobre formação continuada e a alfabetização na perspectiva do letramento.

Adotou-se a pesquisa qualitativa, apoiada na revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas com gestores, coordenadores, professores, sendo a pesquisa realizada em duas escolas nas zonas urbana e rural e na Secretaria Municipal de Educação de São Luís, Maranhão (BOGDAN, BIKLEN, 1994; MINAYO, 2017).

Nesse sentido, foram entrevistados 35 profissionais, durante o mês de setembro do ano de 2019, por meio de um formulário online (*Google Forms*). Nesse instrumento, havia catorze questões, das quais cinco eram fechadas para configurar um breve perfil dos participantes. Neste texto, devido às exigências da normalização, apresentaremos as narrativas de três participantes, explorando apenas quatro questões do formulário.

Examinemos o Quadro 1: nele delinea-se brevemente o perfil dos docentes. Nesse perfil, fica evidenciado que 100% dos docentes são concursados, possuem mais de dez anos de tempo de serviço na Educação Básica, e que, ainda, há uma transição na atuação destes no Ensino Fundamental, seja nos anos iniciais ou finais, isto é, os professores transitam entre os ciclos, inclusive nas turmas de alfabetização. Os professores indicaram que essas transições ocorrem geralmente devido às licenças³ médica e prêmio, fechamento de turmas, extinção de escolas ou a pedido.

Destacamos que uma professora e uma coordenadora da zona urbana apresentam a mesma periodicidade de tempo de serviço na alfabetização.

Quadro 1 - Perfil dos docentes entrevistados em setembro de 2019.

Nome Fictício	Função/ Zona Urbana (ZU) Zona Rural (ZR)	Situação Funcional	Tempo de Serviço na Educação	Tempo de Serviço na Alfabetização
Ana	Professora - (ZU)	Concursada	25 anos	25 anos
Bianca	Professora - (ZU)	Concursada	23 anos	13 anos
Carla	Professora - (ZU)	Concursada	26 anos	18 anos
Denise	Professora - (ZU)	Concursada	17 anos	5 anos
Elza	Professora - (ZR)	Concursada	12 anos	9 anos
Fátima	Professora - (ZR)	Concursada	17 anos	12 anos
Gabriela	Coordenadora - (ZU)	Concursada	11 anos	5 anos
Mônica	Coordenadora - (ZR)	Concursada	15 anos	15 anos

³ Quando os professores retornam das licenças, geralmente não retornam para a escola de origem.

Paula	Gestora - (ZU)	Concursada	12 anos	8 anos
Zaira	Gestora - (ZR)	Concursada	7 anos	2 anos

Fonte: elaborado pelas autoras a partir das entrevistas.

As narrativas dos sujeitos foram categorizadas e analisadas à luz dos estudos de Bardin (2016). Realizamos a pré-análise, exploração e tratamento dos dados de todas as entrevistas. A unidade de registro foi o tema *formação continuada de professores alfabetizadores*; na categorização, tomamos por base a semântica expressas nas vozes dos docentes e nos documentos analisados.

Para o conhecimento das políticas de formação continuada, objeto de nossa investigação, utilizamos revisão bibliográfica, considerando a temporalidade compreendida no período de 2014 a 2018. Isso se deu a partir de estudos empíricos publicados na base de dados de instituições como a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) e diretamente no acervo digital das Instituições de Ensino Superior (IES), que mantêm programas de pós-graduação em educação no Maranhão, legitimados pela comunidade científica da área. Nessa busca, localizamos duas dissertações e uma tese que discutem a temática.

Tendo em conta os últimos vinte anos, localizamos duas políticas públicas. A primeira, o programa “São Luís, te quero lendo e escrevendo – por uma cidade que educa e aprende”, como uma das políticas de formação focada na alfabetização, implantada pelo sistema público de ensino de São Luís/MA, em fevereiro de 2003. Tinha como objetivo elevar o rendimento escolar, utilizando como estratégia um comitê permanente de planejamento, que reestruturou as ações da Secretaria de Educação (SEMED) em quatro eixos: gestão institucional; rede social educativa; formação continuada; e avaliação. Essa política perdurou por sete anos, trazendo alguns resultados positivos demonstrados em estudos empíricos e nos relatórios da SEMED (ALBUQUERQUE, 2008; PRAZERES, 2007; COUTINHO, 2011).

Já a segunda, intitulada Programa “Educar Mais, Juntos no Direito de Aprender”, foi normatizada pelo Projeto de Lei nº 205, de 19 de agosto de 2019. No âmbito dessa política, ganhou centralidade o Plano de Intervenção Pedagógica (PIP- 60 lições), com foco na formação continuada de professores que atuam nas etapas de alfabetização, “[...] cujo objetivo maior é garantir que todas as crianças do município com até 7 anos de idade (inicialmente com até 8 anos) saibam ler e escrever, com o foco claro na alfabetização dos alunos no tempo certo”. (SÃO LUÍS, 2020, p.3. No

prelo)

Essa política está ancorada nas metas estabelecidas pelo IDEB, uma vez que São Luís tem obtido índices abaixo do básico (5,1), conforme dados publicizados nas plataformas do INEP. Esse índice revela a baixa proficiência em leitura e escrita nos anos iniciais (INEP, 2019).

Parte-se do pressuposto de que a formação continuada pode contribuir para modificar a realidade educacional, desde que seja orientada por fundamentos teóricos e práticos e, de igual modo, que integre, na perspectiva de Tardif (2014), saberes docentes construídos ao longo da experiência profissional.

Este artigo está estruturado em quatro seções: a Introdução, na qual situamos brevemente a justificativa, o objetivo e a metodologia desenvolvida na realização da pesquisa; na segunda, situamos as principais políticas de formação continuada de professores alfabetizadores instituídas no âmbito do Governo Federal e de São Luís, nos últimos vinte anos; na terceira seção, discutimos as percepções de formação continuada pelos professores alfabetizadores e as concepções de alfabetização e letramentos à luz de alguns estudiosos que debatem a temática da formação continuada; na quarta seção, discutimos a formação continuada de professores alfabetizadores apresentando os discursos e práticas materializados na atual política educação em São Luís; e, por fim, tecemos as considerações finais sobre a pesquisa.

2. As políticas de formação continuada de professores alfabetizadores em São Luís: o que localizamos nos últimos vinte anos

Os pesquisadores que se dedicam ao estudo da formação continuada revelam que desde os anos 1990 há uma descontinuidade de políticas educacionais, programas e projetos, destinados especialmente aos professores alfabetizadores. Como exemplo, podemos citar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), até os dias atuais, e o Programa "Tempo de Aprender", desenvolvido a partir das diretrizes da Política Nacional de Alfabetização, fato este que colabora para a desprofissionalização e precarização do trabalho docente.

As políticas federais configuradas como programas desenvolvidas em São Luís-MA são: "Pró-Letramento, Programa de Formação de Alfabetizadores – PROFA" (BRASIL, 2001) e "Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC" (BRASIL, 2017). Na atualidade nacional, existe o "Programa Mais Alfabetização – PMAIfa" (BRASIL, 2018).

Já no âmbito municipal, identificamos o Programa "São Luís, te quero lendo e escrevendo – por uma cidade que educa e aprende", que vigorou de 2003 a 2010, e Programa

“Educar Mais, Juntos no Direito de Aprender”, que se iniciou em 2017. Esses programas, segundo alguns autores (ALBUQUERQUE, 2008; PRAZERES, 2007; COUTINHO, 2011), evidenciam que a prefeitura de São Luís a e SEMED precisam assumir uma política de formação continuada de professores, do planejamento até a execução. Há profissionais no próprio sistema de ensino e/ou nas universidades públicas do estado com expertise para contribuir com a qualificação da educação pública municipal. O viés ideológico-partidário e o apelo às privatizações precisam ser combatidos, especialmente para que o recurso público seja bem aplicado ao se investir na educação.

Os princípios basilares que sustentam esses programas explicitam que são voltados para a formação continuada de professores alfabetizadores, sob a justificativa de promover espaços dinâmicos e reflexivos de aprendizagem, fortalecendo a ideia de que esses programas são uma ferramenta indispensável para que esses profissionais incorporem em suas práticas conteúdos didáticos-pedagógicos para orientar a prática docente por meio da ação-reflexão-ação, com vistas a transformar e ressignificar tanto o trabalho docente quanto a realidade escolar.

3. Formação continuada de professores alfabetizadores: concepções de alfabetização e letramentos

É no contexto de regulação da alfabetização, por meio dos referenciais do IDEB, que se implementa o Programa “Educar Mais Juntos no Direito de Aprender”, no âmbito do PIP-60 lições. Isso ocorre com base nos resultados demonstrados por meio do monitoramento das avaliações externas, os quais alertam que os alunos estão chegando ao 3º ano do Ensino Fundamental sem saber ler. Nessa direção, perguntamos a professora alfabetizadora: “Qual a sua concepção de alfabetização e letramento”? A professora Mônica respondeu:

Alfabetização é um processo em que criança, jovem ou adulto passa para que consiga aprender a desenvolver a língua escrita, e como a leitura, interpretação de texto e o letramento são mais abrangentes; perpassam o cotidiano da pessoa. (Mônica, Zona Rural, 2019).

Com base no entendimento dessa professora, evidenciamos uma aproximação epistemológica dos estudiosos da área da alfabetização. Estes asseguram que o leitor proficiente é aquele que está para além da simples decodificação das palavras, que compõem um texto escrito, pois o processo de leitura envolve uma dimensão individual, relacionada às operações cognitivas realizadas, a exemplo das estratégias de seleção cognitiva, antecipação, inferências e verificação caracterizada pelas práticas sociais letradas, nas quais estão envolvidos variados gestos de leitura, uma vez que ler não é um

ato mecânico, mas um processo ativo e reflexivo (SOARES, 2018).

4. Formação continuada de professores alfabetizadores: entre discursos e práticas

Concordamos com Freitas (2002) quando este afirma que a formação continuada deve privilegiar o caráter sócio-histórico, superando a ótica neotecnicista que reproduz as ideologias tecnocráticas e corporativas, dificultando o entendimento de classe, cultura e gênero, inclusive da própria assunção e percepção da produção do seu trabalho, favorecendo uma formação que aliena os professores. Assim, a formação continuada de caráter histórico-emancipatório deve contribuir para o (re)fazimento de um profissional de “caráter amplo, com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, com desenvolvimento da consciência crítica que lhe permita interferir e transformar as condições da escola, da educação e da sociedade” (Ibidem, p.140)

Segundo Nunes e Andrade (2017), na atualidade o trabalho dos professores no atingimento da tecnicidade, regulação e controle amargam um processo de desqualificação, o que é representado em vários estudos sobre a formação, seja inicial ou continuada. Nesse contexto, alertam que além das formas aligeiradas e prescritivas denunciadas, há outros elementos considerados essenciais, mas que são relegados, como

[...] tempo, espaço e recursos pedagógicos, com vistas ao professor aprender e promover, coletiva e individualmente, inovações nos conteúdos e novas formas de ensiná-los aos estudantes [...] valorização do trabalho docente, compreendida como condições adequadas de trabalho, incentivo à carreira e à formação e remuneração salarial compatível, e da escola como um todo [...] tudo isso demanda políticas públicas preocupadas com a existência de uma educação básica de qualidade e que ultrapassem os discursos nos palanques partidários para a efetiva realização nos sistemas educacionais dos municípios, dos estados e da união (Ibidem, p. 75-76).

Para Pimenta (2005), a formação é autoformação, dado o confronto permanente dos saberes iniciais da formação em contraposição àqueles que precisam ser (re)significados frente às situações problemáticas contextualizadas. Assim, “Os professores vão constituindo seus saberes como *praticum*, ou seja, aquele que constantemente reflete na e sobre a prática” (Ibidem, p. 29).

Nesse sentido, questionamos às professoras alfabetizadoras: “Há formações continuadas ofertadas pela SEMED para professores alfabetizadores”?

[...] alguns desses projetos, dessas formações, são executados na escola através de plano de intervenção [PIP]. Eu, como professora, me sinto muito muitas vezes abandonada com relação a esse processo alfabetização. O que eu acho que deveria haver era uma um esforço maior, principalmente no que se refere à formação continuada, no planejamento das atividades, na construção de recursos materiais, que muitas vezes não temos, e práticas

que nos ajudem a desenvolver o processo de alfabetização[...]. Como alfabetizadora eu não me sinto privilegiada, com essa formação, pois são apenas mais atividades que terminam dificultando o nosso trabalho, porque agora você precisa adequar algo ao seu planejamento que não foi pensado por você. Alguns formadores externos [SEMED] nem trabalham com alfabetização. Fica muito em cima do professor, a gente se vira sozinho, na realidade (Ana, Zona Urbana, 2019).

Em razão desse processo de construção permanente do conhecimento e desenvolvimento profissional, para Alarcão, a formação continuada tem ajudado os professores a “tomarem consciência da sua identidade profissional, que só ela pode levar à permanente descoberta de formas de qualidade superior [...] na sua dimensão holística, interativa e ecológica” (2011, p. 46). Ou seja, impedindo a pulverização de saberes. Nessa medida, deve respeitar a experiência, saberes, modos de simbolização e ação do trabalho docente. Para a professora Fátima:

Não há formação continuada específica para professores alfabetizadores, a não ser que esteja inserido em algum programa de alfabetização. E as formações não oportunizam a escuta do professor, simplesmente repassam informações e cobram aplicação (Fátima, Zona Rural, 2019).

Os depoimentos das professoras alfabetizadoras revelam insatisfação com a formação continuada, pontual, ofertada pela SEMED, que não expressa as reais necessidades dos docentes, pois o que “Estão colocando para a formação de professores é a redução dos saberes necessários ao exercício da docência em competências técnicas” (CONTRERAS, 2002, p. 18).

Considerações finais

A literatura nos possibilita compreender que o professor alfabetizador precisa ter clareza da complexidade e das especificidades da alfabetização, refletindo sobre a concepção de linguagem que transversaliza todo o processo de ensino e de aprendizagem.

Fica, pois, o entendimento de que esse é um processo intencional e sistematizado e que requer um cuidado no planejamento e, especialmente, no que tange à assunção de métodos inovadores calcados em bases epistemológicas e pedagógicas que possibilitem apreender a dinâmica do processo de ensino-aprendizagem, dando uma dimensão significativa à construção do conhecimento em sala de aula. Assim, a formação continuada precisa contribuir com esse processo emancipatório e de aprofundamento científico.

Referências

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011

ALBUQUERQUE, S.V. **Formação continuada, novos olhares e novos fazeres: tempos e espaços de construções e significados**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo, 70. ed., 2016.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto – Portugal. Porto Editora, 1994.

CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002.

COUTINHO, V.M.D. **O Projeto de formação continuada de alfabetizadores do Programa "São Luís te quero lendo e escrevendo": pressupostos teóricos, práticas pedagógicas e contradições'**. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília, SP, 2011.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. "Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação". **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 136-167, 2002.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e incerteza**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; JORGE, T. A. S. "As políticas de avaliação, os docentes e a justiça escolar". **Currículo sem Fronteiras**, v. 15, n. 2, p. 346-364, 2015.

PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividades docentes**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PRAZERES, V.A. **Formação continuada de professores(as) no Programa São Luís te quero lendo e escrevendo: limites e possibilidades da reflexão sobre a prática'**. 2007.

SÃO LUÍS, Prefeitura Municipal de. **Notícias: Prefeitura lança programa "Educar Mais: Juntos no Direito de Aprender"**. 28/06/2017. Disponível em: https://www.saoluis.ma.gov.br/projetos.asp?id_projeto=34. Acesso em: 08 jun. 2019.

SÃO LUÍS, Secretaria Municipal de Educação. **Políticas de Alfabetização e Letramento da Rede Municipal de Educação de São Luís**, Ma, 2014.

SOARES, **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2018.

SOARES, **Letramento: um tema em três gêneros**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOARES, M. **A reinvenção da Alfabetização**. Presença Pedagógica. v.9 n.52. jul./ago. 2003. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/programa_aceleracao_estudos/reivencao_alfabetizacao.pdf. Acesso em 06 jul.2019

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TFOUNI, L. V.; CARVALHO, A. P; ASSOLINI, F. E. P. “Letramento e alfabetização e o cotidiano: vozes dispersas, caminhos alternativos”. **Calidoscópico**, v. 16, n. 1, p. 16-24, 2018. Disponível em:
<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/viewFile/cld.2018.161.02/60746166>.
Acesso em: 29 set. 2019.